

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ**

NELZIELE DE PAULA RIBEIRO

**ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE TEFÉ/AM**

Tefé
2017

NELZIELE DE PAULA RIBEIRO

**ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE TEFÉ/AM**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Tefé para obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Msc. Monica Dias de Araújo

Tefé
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

RIBEIRO, Nelziele de Paula.

Acessibilidade das pessoas com deficiência nas escolas municipais de Tefé/AM: Tefé – AM. (por) Nelziele de Paula Ribeiro. 2017 p. 50.

Monografia. (Graduação em Pedagogia) – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS/UEA – Tefé – AM 2017.

1. Acessibilidade 2. Inclusão 3. Pessoas com deficiência

NELZIELE DE PAULA RIBEIRO

ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE TEFÉ/AM.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de pedagogia da universidade do estado do amazonas – Centro de Estudos superiores de Tefé, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Profª orientadora Msc. Monica Dias de Araújo
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Profª Membro: Msc. Adilma Portela da Fonseca Torres
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Profª Membro: Msc. Cilene de Miranda Pontes
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Tefé, 16 de Junho de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico meu trabalho de conclusão de curso a todos que me apoiaram e incentivaram durante esta jornada, em especial ao meu esposo Raimundo Medeiros de Sousa, aos meus filhos Samuel e Manoel Neto, aos meus pais Riseuda e José Bruno, aos meus irmãos Bruno, Jessica, Higson, Nanda e João. A minha orientadora professora Monica Dias de Araújo e a Professora Leni Coelho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado de pé quando pensei em desistir e por me fazer uma vitoriosa me livrando do mal e me dando o dom da vida. Obrigada, Senhor!

Agradeço a minha mãe Riseuda e minha irmã Neuliandra que cuidaram tão bem dos meus filhos Samuel e Manoel Neto na minha ausência, tranquilizando o meu coração.

Agradeço ao meu esposo Raimundo Medeiros pelo apoio e contribuição neste trabalho e por todas as vezes que disse que eu iria conseguir, sempre me apoiando com palavras positivas. Amo você!

A minha sogra Ester Medeiros pelo cuidado com minha casa e pela atenção aos netos enquanto eu me dedicava aos estudos.

Agradeço ao meu pai José Bruno pelo incentivo e aos meus irmãos Bruno, Jessica, Higson, João e a minha sobrinha Maria Klara pelos momentos de descontração e risadas, momentos que renovavam minhas forças para continuar.

A minha professora orientadora Monica Dias de Araújo pela sua dedicação e paciência nos momentos de orientação.

A professora Leni Coelho pela dedicação e incentivo na construção deste trabalho, a professora Cecília Lisboa pelas valiosas aulas de psicologia, aulas que contribuíram até para entender melhor as fases do meu pequeno Samuel e a professora Adilma pelas aulas descontraídas e os momentos de risadas.

Aos colegas de turma Maria de Nazaré, Fabiana Furtado, Cássio Queiroz e Ernilson Souza pela amizade construída dentro da Universidade e que será levada para a vida toda.

Por fim, agradeço a todos os professores que contribuíram com meu crescimento acadêmico no decorrer desses anos.

EPÍGRAFE

*Temos de saber aonde
queremos chegar para
encontrar um caminho, porque
não existe “o” caminho, mas
caminhos a escolher, decisões
a se tomar. E escolher é
sempre correr riscos.
(Mantovan).*

RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa de campo realizada como trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, sob a orientação da Prof.^aMsc. Monica Dias de Araújo. A pesquisa constitui um estudo de caso, de abordagem qualitativa, cujo objetivo geral é analisar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência em uma escola municipal de Tefé/Amazonas. De maneira específica os objetivos são: 1 – conhecer as condições de acessibilidade na escola com ênfase na estrutura arquitetônica e acessibilidade na comunicação e informação; 2 – identificar se há políticas e planejamento para adaptar as escolas; 3 – verificar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência física. Participaram da pesquisa o diretor da escola “vitória-régia”¹ e o coordenador da Educação Especial do município de Tefé/Amazonas. Para a construção e análise de dados, trabalhamos com levantamento bibliográfico que discutem a acessibilidade, tais como: Glat (2007), Duk (2006), Mantoan (2003) e alguns documentos legais que tratam da política de acessibilidade como as Diretrizes Educacionais e sistematização, tabulação e categorização. Entre os procedimentos de coleta de dados, elegemos a aplicação de um questionário. Entre os resultados obtidos destacam-se que as escolas ainda não estão totalmente acessíveis para receber as crianças com deficiência física.

Palavras – chave: Acessibilidade. Inclusão. Pessoas com deficiência.

¹ Nome fictício dado à escola para manter o sigilo das informações da Instituição.

ABSTRACT

This work is the result of the field research carried out as a graduation course in Pedagogy at the State University of Amazonas, under the guidance of Prof. Msc. Monica Dias de Araújo. The research is a case study with a qualitative approach, whose general objective is to analyze the accessibility conditions of people with disabilities in a municipal school in Tefé / Amazonas. Specifically the objectives are: 1 - to know the accessibility conditions in the school with emphasis on the architectural structure and accessibility in communication and information; 2 - identify if there are policies and planning to adapt schools; 3 - check the challenges faced by people with physical disabilities. Participated in the research the "director" of the school called "victory-régia" and the "coordinator" of the Special Education of the municipality of Tefé / Amazonas. For the construction and analysis of data, we work with a bibliographical survey that discuss accessibility, such as: Glat (2007), Duk (2006), Mantoan (2003) and some legal documents dealing with accessibility policy such as Educational Guidelines and systematization, Tabulation and categorization. Among the data collection procedures, we chose the application of a questionnaire. Among the results obtained, it is worth noting that schools are not yet fully accessible to receive children with physical disabilities.

Key - words: Accessibility. Inclusion. Disabled people.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CAPES –Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Superior

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01: Dimensionamento de rampa.	19
Figura 02 – Patamares das rampas – Vista superior.	19
Figura 03 – Altura e largura do degrau.....	20
Figura 04 – Escada com lances curvos – Vista superior.....	21
Figura 05 – Corrimãos em escada e rampa.	22
Figura 06 – Corrimão intermediário interrompido no patamar.....	23
Figura 07 – Corrimão central.....	24

FOTOS

Foto 1: Escola Municipal denominada “Vitória-régia”	30
Foto 2 – Entrada da sala do AEE	31
Foto 3: Bebedouro (não adaptado)	32
Foto 4: Refeitório (não adaptado).....	32
Foto 5: Entrada da quadra (não adaptada)	32
Foto 6: Rampa de entrada	33
Foto 7:.....	33
Foto 8: Pátio.....	34
Foto 9: Banheiro com a porta adaptada	34

QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos profissionais	35
Quadro 2 : Categorias de Análises.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO I	15
1. A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA	15
1.2 ALGUMAS DETERMINAÇÕES DA POLÍTICA INCLUSIVA.....	18
1.3 PRINCIPAIS PESQUISAS DESENVOLVIDAS QUE TRATAM DA TEMÁTICA ACESSIBILIDADE.....	25
CAPÍTULO II	29
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
2.1 LÓCUS DA PESQUISA.....	30
2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	34
2.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA ...	35
CAPITULO III	38
3. ACESSIBILIDADE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE TEFÉ	38
3.2 AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA ESCOLA.....	38
3.1 PRINCIPAIS DESAFIOS DO AMBIENTE ESCOLAR	38
3.2.1 A estrutura arquitetônica	40
3.2.2 Acessibilidade de comunicação e informação	41
3.2.3 Política e planejamento para adaptar as escolas	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência na escola regular surgiu após os estudos teóricos que eram ministrados pela professora Monica Dias – coordenadora de área do PIBID.

Eram manhãs de sábado muito proveitosas, pois era o momento em que tínhamos a oportunidade de aprofundar o conhecimento em relação à inclusão escolar. Era uma turma com 19 acadêmicos que faziam parte do programa e que tivemos a oportunidade de fazer parte do subprojeto Estratégias e Metodologia no processo de Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita no contexto das diferenças.

A cada formação só aumentava o desejo de buscar mais informações sobre a diferença, na verdade essa era a palavra que mais me chamava à atenção. No decorrer do tempo uma fatalidade na família me fez tomar a decisão, descobri na doença de um irmão e na dificuldade do dia a dia dele e das lamentações de meu pai que tinha que acompanhá-lo nas consultas diárias e em lugares públicos inacessíveis para um usuário de cadeiras de rodas, tanto aqui no município quanto fora.

Se eu como mãe tinha tanta dificuldade em passear com meu filho no carrinho de bebê, fiquei imaginando a dificuldade de tantas crianças deficientes físicas que precisavam ir à escola, pensei nas dificuldades dos pais em chegar até a escola com aquelas crianças e esse interesse só foi aumentando o meu desejo pela pesquisa.

Com a ajuda da professora orientadora dessa pesquisa Monica Dias de Araújo fomos lapidando as ideias e dando forma a temática em questão. Assim esta monografia justifica-se pela necessidade de problematizar e refletir sobre as condições de acessibilidade nos espaços públicos mais precisamente em algumas escolas da rede pública municipal de Tefé. Vivenciamos um momento histórico de conquistas no âmbito das legislações. No entanto, na prática presenciamos a negação desses direitos em diversas dimensões e principalmente no que se refere ao direito de ir e vir.

Desta forma, objetivamos de modo geral analisar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência em uma escola municipal de Tefé/Amazonas.

De forma específica conhecer as condições de acessibilidade na escola com ênfase na estrutura arquitetônica e acessibilidade na comunicação e informação, identificar se há políticas e planejamento para adaptar as escolas e verificar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência física.

Para desenvolver este trabalho recorreremos à pesquisa de campo de análise qualitativa. Entre os procedimentos destacamos o levantamento bibliográfico e aplicação de questionários.

Para analisar os dados primeiramente tabulamos e sistematizamos. Posteriormente elegemos as categorias de análises que se organizam na seguinte forma:

Primeiro capítulo aborda: A acessibilidade das pessoas com deficiência na escola regular, Aspectos legais sobre acessibilidade, Algumas determinações da política inclusiva e Algumas pesquisas desenvolvidas que tratam da temática acessibilidade.

Segundo capítulo: fala sobre os Procedimentos metodológicos, o lócus da pesquisa, participantes da pesquisa, os instrumentos e procedimentos utilizados na pesquisa para coletar os dados.

O terceiro capítulo: apresenta os resultados organizados em categorias como: a acessibilidade em uma escola municipal de Tefé, os principais desafios do ambiente escolar, as condições de acessibilidade na escola, a estrutura arquitetônica, acessibilidade de comunicação e informação e a política e planejamento para adaptar as escolas.

CAPITULO I

1. A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

No presente capítulo veremos as notáveis transformações nas políticas educacionais, a escolarização de estudantes com deficiência nas escolas regulares, que tem como princípio a educação para todos, além da igualdade de acesso e permanência na escola sem discriminação.

É nesse contexto que este trabalho traz algumas reflexões a cerca da acessibilidade para pessoas com deficiência nas escolas, como os aspectos legais sobre acessibilidade, algumas determinações da política inclusiva e algumas pesquisas desenvolvidas que tratam da temática acessibilidade.

1. ASPECTOS LEGAIS SOBRE ACESSIBILIDADE

A legislação brasileira específica, no âmbito da educação para todos, inicia-se no inciso III do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece "o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida preferencialmente, na rede regular de ensino" (BRASIL, 2009, p.10).

Pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida é o indivíduo que apresenta comprometimento da capacidade motora, nos padrões considerados normais para a espécie humana, pode ser definido como uma desvantagem, pois resulta de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho motor de uma determinada pessoa.

Nesse sentido, o decreto nº 3.298 de 1999, da legislação brasileira encontra-se o conceito de deficiência física, conforme o art.4º

Deficiência Física - alterações completa ou parcial em uma ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentado sob forma de paraplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, membros com deformidades congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e que não produzam dificuldades para o desempenho de função (BRASIL, 2009, p. 23).

Segundo Sousa (2006), várias pode ser as causas da deficiência física sejam elas: pré-natais, como problemas durante a gestação, perinatais ocasionadas por problemas respiratórios na hora do nascimento, pós-natais como: paradas cardíacas, infecções hospitalar, doenças infectocontagiosas,

traumatismo ocasionado por quedas, entre outras.

Não é difícil de imaginar como se torna comprometida a participação do cidadão em ambientes sem adequações as suas necessidades, e para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no seu artigo 55, reforça os dispositivos legais citados ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino" (BRASIL, 2001, p. 21).

Como todo cidadão de direitos, a pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida deve está desde cedo integrado à escola. Assim, a inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas regulares é um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.934/96), que afirma a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado deve ter início na Educação Infantil, na idade de zero a cinco anos (BRASIL, 1996, p.25).

Esse direito reconhecido pela constituição também está presente no Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificado pelos Estados Brasileiros com equivalência de emenda constitucional que em igualdade de oportunidade com os demais estudantes determina adaptações de acordo com as necessidades individuais e medidas de apoio específicos para o planejamento do ambiente escolar.

Deve-se observar que o Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 em seu art. 24 determina que os espaços sejam adaptados.

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou mobilidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratoriais, áreas de lazer e sanitárias.

§ 1º. Para a concessão de autorização de funcionamento, abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto.

II - coloca a disposição de professores, alunos, servidores e empregados com deficiência física ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas;

III - seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a profissionais, alunos, servidores e empregados com deficiência física ou mobilidade reduzida, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

§ 2º. As edificações de uso público e de uso coletivo referidas no capítulo, já existentes, têm respectivamente prazo de trinta e quarenta e oito meses a contar da data de publicação desse Decreto, para garantir a acessibilidade de que trata este artigo (BRASIL, 2004, p.25).

Perante isto, os prazos da implementação de acessibilidade nos estabelecimentos de ensino já foram ultrapassados, 2 de junho de 2007 para as escolas públicas e 2 de dezembro de 2008 para as escolas particulares.

Então, garantir as condições para o acesso e permanência na escola com equiparação de oportunidade, e sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio fundamental que está presente na Constituição da República Federativa do Brasil desde 1988. Entretanto, tal direito ainda não é uma realidade para muitos cidadãos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

A acessibilidade nas instituições escolares é um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino. “Ela assegura a possibilidade a todos de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, frequentar a sala de aula e atuar nas suas diversas atividades” (BRASIL, 2004, p.11).

Portanto, nota-se cada vez mais que a acessibilidade no ambiente escolar é um fator muito importante para o exercício da cidadania, principalmente para as crianças que estão na fase inicial de sua vida, contribuindo na interação e inclusão dentro do espaço escolar.

Existem hoje muitos meios para que os poderes públicos possam garantir as adequações necessárias para que a pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida possa participar do cotidiano da escola. Contudo, faz-se necessário conhecer os direitos da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida, despertar na população maior consciência crítica na formação e proposição de políticas públicas.

Conhecer os ambientes da escola e propor as adequações necessárias torna a pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida um agente participante e transformador de sua própria história.

1.2 ALGUMAS DETERMINAÇÕES DA POLÍTICA INCLUSIVA.

Em meados do século XX intensificaram-se as ações dos movimentos sociais que lutavam contra tipo de discriminação que de certa forma impede o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

E na busca por uma sociedade inclusiva vem também à luta por uma educação inclusiva que é pauta constante em debates educacionais brasileiros e a acessibilidade que é incorporado de maneira que se tenha a promoção da igualdade de condições entre todos.

A resolução nº. 138/2012 do Conselho Estadual de Educação (CEE/AM), aprovada em 16/10/2012, estabelece normas regulamentares para a oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas, destacando a eliminação de barreiras e matrícula de todos os alunos respeitando as diferenças de cada um.

Os sistemas de ensino, nos Termos da Lei 10.098/2000 e do Decreto Nº 5.296/2004, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais específicas, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliários - e nos transportes escolares, bem como as de comunicações, provendo as escolas dos Recursos Humanos com formação adequada, materiais didáticos e pedagógicos específicos, utilizando-se para isto de Tecnologia Assistiva.

Art. 11 - Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas assegurar as condições necessárias, conforme o art.8º desta Resolução, assegurando uma educação de qualidade para todos, reconhecendo e valorizando as singularidades, diferenças e potencialidades no processo de ensino e aprendizagem (CEE, 2012, p.14).

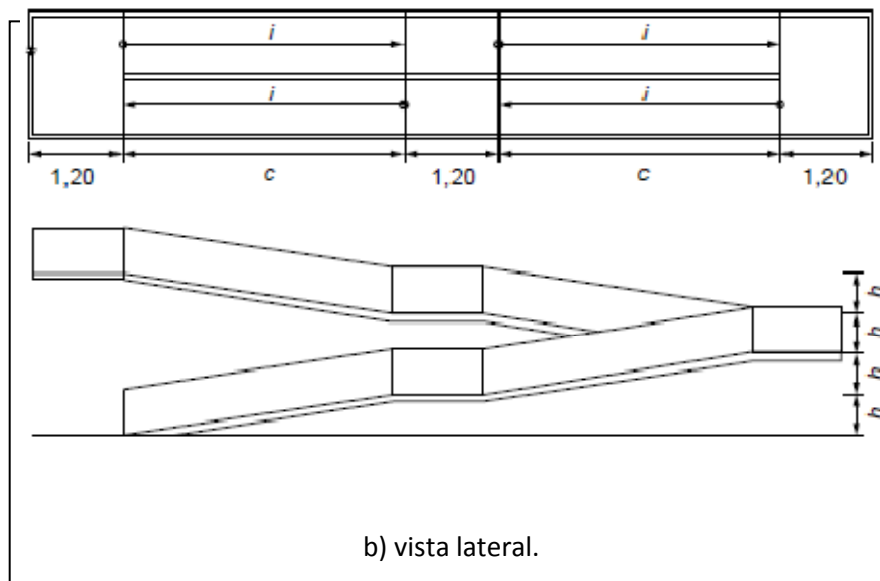
Sendo assim, cabe ao sistema educacional disponibilizar para os alunos com necessidades educacionais específica uma educação acessível, que essa acessibilidade faça parte do dia a dia desses alunos, seja no transporte escolar até a sala de aula, enfim, está relacionado tanto na acessibilidade da estrutura como dos materiais pedagógicos.

E de acordo com a ABNT 9050 veremos a seguir as medidas corretas de cada espaço dentro da escola para que haja um espaço acessível a todos os alunos, inclusive aquele que tenha alguma limitação.

Para as rampas, ABNT 9050 (2015) ressalta a que são consideradas rampas as superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5%. Os pisos das rampas devem atender certas condições e para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a

serem vencidos e o número máximo de segmentos.

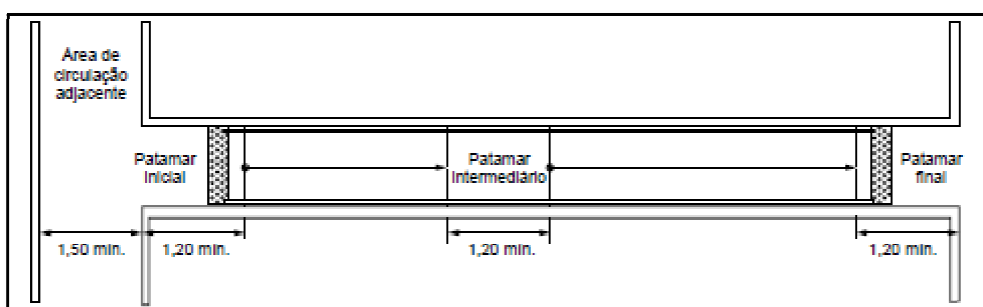
Figura 01: Dimensionamento de rampa.



Fonte: ABNT, p.58, 2015.

Os patamares no início e no término das rampas devem ter dimensão longitudinal mínima de 1,20m. “Entre os segmentos de rampa devem ser previstos patamares intermediários com dimensão longitudinal mínima de 1,20m, conforme Figura 02. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da rampa”.

Figura 02 – Patamares das rampas – Vista superior.



Fonte: ABNT, p. 60, 2015.

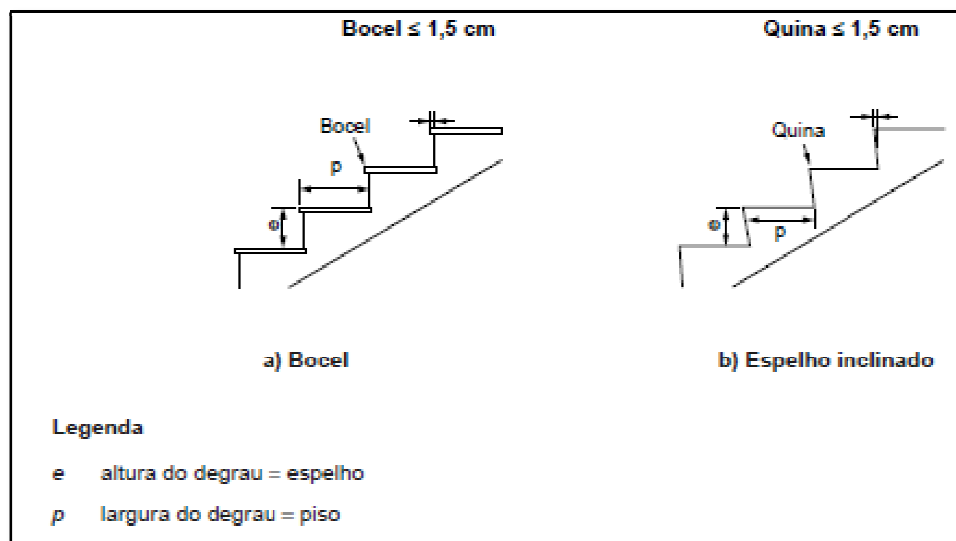
Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar. “A inclinação transversal dos

patamares não pode exceder 2 % em rampas internas e 3 % em rampas externas”.

Quando houver degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes devem estar associados às rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. Deve-se dar preferência à rampa.

Nas rotas acessíveis “não podem ser utilizados degraus e escadas fixas com espelhos vazados. Quando houver bocel ou espelho inclinado, a projeção da aresta pode avançar no máximo 1,5 cm sobre o piso abaixo”, conforme Figura 03.

Figura 03 – Altura e largura do degrau.



Fonte: ABNT, p. 61, 2015.

Quando houver sequência de até dois degraus é considerado degrau isolado. “Rampas junto aos degraus isolados devem ter largura livre mínima de 1,20 m”. De acordo com a ABNT NBR 9050

Degraus isolados devem ser evitados.
E quando for utilizado deve conter:

- seguir o dimensionamento.
- conter corrimão.
- ser devidamente sinalizados em toda a sua extensão (BRASIL, 2015, p.62).

Escadas: É considerada escada uma sequência de três degraus ou mais. “As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada ou degraus isolados” (BRASIL, 2015, p.62).

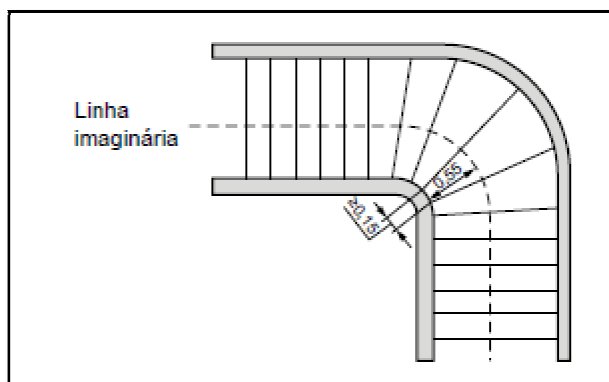
A largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme ABNT NBR 9050. A largura mínima para escadas em rotas acessíveis é de 1,20 m. Em construções novas, o primeiro e o último degrau de um lance de escada devem estar no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente e devem estar sinalizados (BRASIL, 2015, p. 62).

E quando se trata de escadas que contém “inclinação transversal dos degraus não pode exceder 1 % em escadas internas e 2 % em escadas externas” (BRASIL, 2015, p. 63).

Então de acordo com a ABNT NBR 9050 as escadas com lances curvos ou mistos

devem atender à ABNT NBR 9050, porém é necessário que, à distância de 0,55 m da borda interna da escada, correspondente à linha imaginária sobre a qual sobe ou desce uma pessoa que segura o corrimão, os pisos e espelhos sejam dimensionados (BRASIL, 2015, p 63).

Figura 04 – Escada com lances curvos – Vista superior.



Fonte: ABNT, p. 62. 2015.

Ainda se tratando de escadas, elas “devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção”. Conforme ABNT NBR 9050 destaca que:

entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar (BRASIL, 2015, p. 64).

E sobre a “inclinação transversal dos patamares não pode exceder 1 % em escadas internas e 2 % em escadas externas” (BRASIL, 2015, p. 64). E quando falamos em escada logo nos remete a corrimãos, e segundo a ABNT NBR 9050 “corrimãos podem ser acoplados aos guarda-corpos e devem ser construídos com materiais rígidos. Devem ser firmemente fixados às paredes

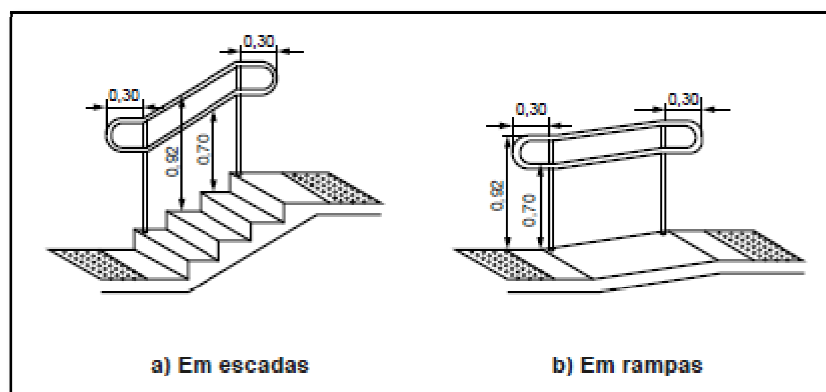
ou às barras de suporte, garantindo condições seguras de utilização”. E a ABNT NBR 9050 especifica que

Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas), conforme Figura 05. Quando se tratar de degrau isolado, basta uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso (BRASIL, 2015, p. 65).

E a ABNT NBR 9050 alerta ainda que “os corrimãos laterais devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas” (BRASIL, 2015, p. 65), e deve ser prolongado “paralelamente ao patamar, pelo menos por 0,30 m nas extremidades, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão” (BRASIL, 2015, p. 65), conforme Figura 05.

O acabamento dos corrimãos é de fundamental importância, pois “as extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias” (BRASIL, 2015, p. 66), conforme Figura 05.

Figura 05 – Corrimãos em escada e rampa.

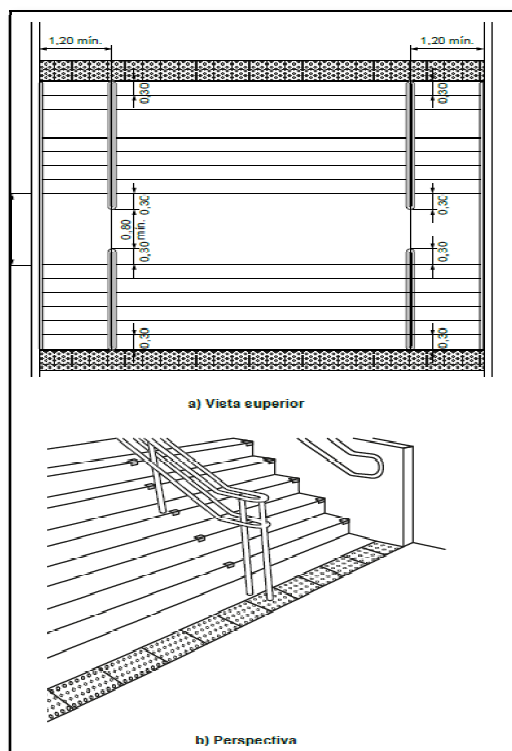


Fonte: ABNT, p. 63, 2015.

Em edificações existentes, “onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminhamento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente” (BRASIL, 2015, p. 66).

Quando se “tratar de escadas ou rampas com largura igual ou superior a 2,40m é necessário à instalação de no mínimo um corrimão intermediário, garantindo faixa de circulação com largura mínima de 1,20 m”(BRASIL, 2015, p. 66) conforme Figura 06.

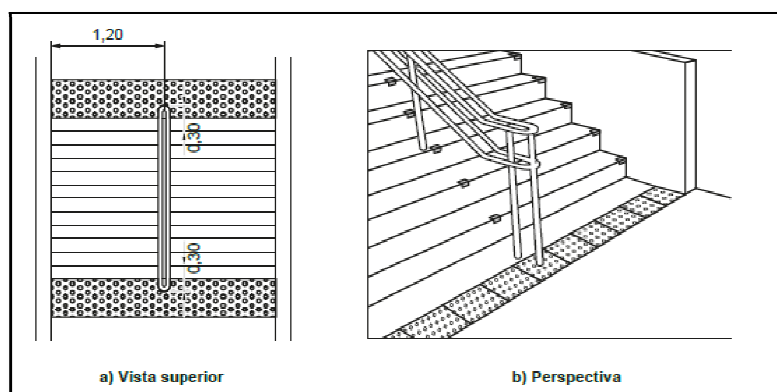
Figura 06 – Corrimão intermediário interrompido no patamar.



Fonte: ABNT, p. 64, 2015.

Em escadas e degraus “é permitida a instalação de apenas um corrimão duplo e com duas alturas, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, respeitando a largura mínima de 1,20 m, em ambos os lados”,(BRASIL, 2015, p. 67) conforme Figura 07.

Figura 07 – Corrimão central.



Fonte ABNT, p. 65, 2015.

Quando não houver paredes laterais, as rampas ou escadas devem incorporar elementos de segurança como guia de balizamento e guarda-corpo,

e devem respeitar os demais itens de segurança desta Norma, tais como dimensionamento, corrimãos e sinalização.

A Lei Brasileira de “Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015, amplia direitos para mais de 45 milhões de brasileiros nas mais diversas áreas. Contudo a sanção da lei pela presidente não encerra as conquistas e sim, possibilita uma nova possibilidade para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2015, p.11).

Em seu Capítulo I, no Art. 2º, o Estatuto de Pessoa com Deficiência, 2015 (EPCD -2015), considera-se pessoa com deficiência:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p 20).

Nesse sentido, considera-se para fins de aplicação dessa lei a acessibilidade, sendo considerada para tanto a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (EPCD Art. 3º. p. 21, 2015).

Com isso, o Estatuto de Pessoa com Deficiência, vem oportunizar as pessoas com deficiência, condições para superar as barreiras encontradas no cotidiano, para isso considera como barreiras qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, p. 21).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência classifica no Art.3º, inciso IV as barreiras como:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de

transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015, p 21).

Tudo isso garante às pessoas com mobilidade reduzida maior autonomia na realização de tarefas cotidianas, e conforme o EPCD (2015), “pessoas com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso” (BRASIL, 2015, p. 22).

E ainda, a escola pode ter profissionais de apoio escolar, pessoas que exercem atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência. Segundo o Estatuto de Pessoa com Deficiência (2015), “esses profissionais devem atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária”, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, não incluindo as instituições de ensino técnico ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Já no título da acessibilidade, Capítulo I das disposições gerais, o Art. 53 se refere à acessibilidade “como um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015, p.47).

1.3 PRINCIPAIS PESQUISAS DESENVOLVIDAS QUE TRATAM DA TEMÁTICA ACESSIBILIDADE.

A partir de uma consulta no banco de dados da Capes foi possível analisar obras que vieram contribuir e enriquecer ainda mais este trabalho a partir de suas informações.

Para Carvalho em sua temática “Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaço para educação infantil”. (CARVALHO, 2008); Esta pesquisa se refere da adequação do espaço para a escola infantil como um dos

requisitos básicos para a inclusão da criança com necessidade especial. A pesquisa foi direcionada para as necessidades especiais físicas e visuais, pois são as que demandam maiores adequações no espaço físico.

Essa pesquisa teve como objetivo lançar diretrizes de projeto arquitetônico para escolas de educação infantil, tornando esses espaços adequados às crianças com necessidades físicas e visuais.

Assim, as crianças tornam-se mais autônoma para vivenciar o espaço escolar e têm melhores condições de aprendizagem. Ainda segundo Carvalho (2008), o ambiente escolar deve oferecer espaços seguros, acessíveis e compatíveis com a metodologia pedagógica.

Outra pesquisa que se deve destacar é a “Multiculturalidade e inclusão escolar: Estudo sobre as condições de acessibilidade social conferidas, sob o ponto de vista axiológico dos professores, em geral, e de Educação Física, em particular, a alunos oriundos de etnias minoritárias e com diferenciação cultural, do distrito de Viseu”. (FERNANDES, 1999).

Para Fernandes (1999), a coexistência de estatutos socioculturais diferenciados num mesmo espaço acentuou-se nas últimas duas décadas, alterando em profundidade as sociedades contemporâneas. Esse fenômeno faz surgir um número preferencial, uma situação que se faz sentir de forma evidente a exclusão na escola.

Ainda segundo Fernandes (1999), em estreita relação com esta problemática surge o fato de exclusão escolar, que tem origem, na maioria das vezes, nas particularidades individuais e étnico-culturais dos alunos e nas incompatibilidades que daí decorre. Este fato exige um acompanhamento imediato de todos os elementos integrantes da estrutura educativa, em especial do professor.

Com efeito, o presente estudo tem como principais objetivos: caracterizar o pensamento dos professores, em geral, assim como os professores de Educação Física, em particular, sob o ponto de vista dos valores a promover na relação pedagógica com alunos pertencentes a grupos étnicos minoritários e com diferenciação cultural, no caso concreto, alunos de etnia cigana e alunos filhos de emigrantes, do distrito de Viseu (FERNANDES, 1999).

Destaca-se ainda a pesquisa “Direito à educação e acessibilidade às

tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência” (MARTINS, 2010).

Esta pesquisa investigou as condições de acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação oferecidas aos alunos com deficiência visual e física matriculados na rede municipal de ensino de São Paulo, como forma de garantir seu acesso e participação nas atividades curriculares.

Segundo Martins (2010), observou-se que o município prevê em seus documentos legais a Educação Especial e a Informática Educativa e apresenta diversos aspectos relevantes para promover a acessibilidade as Tecnologias de Informação e Comunicação e que o acesso a esses recursos pelos alunos com deficiência é considerado importante na visão dos profissionais que atuam na gestão dos projetos e no apoio aos alunos e professores, revelando algumas iniciativas de adaptação e aquisição de recursos e equipamentos para alguns alunos com deficiência.

Destaca-se ainda, a pesquisa “O gerenciamento para a acessibilidade ambiental de pessoas com mobilidade reduzida: institucionalizando a inclusão em uma escola universitária” (PICCELI, 2010).

Esta dissertação investiga como procedimentos e ações rotineiras institucionais podem complementar os recursos de acessibilidade ambiental existentes para propiciar a inclusão social na universidade de pessoas com mobilidade reduzida.

Assim, testa a aceitação e aplicabilidade de algumas práticas inclusivas para os problemas de acessibilidade encontrados. Como resultado evidenciou-se que práticas inclusivas são poucas e desconhecidas, mas tem eficácia na medida em que possivelmente melhoram o desempenho funcional e social das pessoas, aumentando a igualdade de oportunidades no uso do ambiente escolar de forma imediata.

No entanto, segundo Picceli (2010), as práticas inclusivas não se desenvolvem em função das pessoas entenderem apenas como temporária e deficitária em relação a soluções consolidadas de intervenção física.

A pesquisa com o tema “Ambiente escolar infantil” (MACHADO, 2008). O tema do ambiente escolar para o desenvolvimento infantil vem ganhando mais espaço e tendo reconhecida sua importância na discussão sobre a ampliação das habilidades das crianças.

Segundo Machado (2008), as características físicas dos ambientes continuam sendo geralmente negligenciadas no planejamento de espaços infantis coletivos. Atendidas as necessidades mínimas e cumpridas as exigências de segurança, acessibilidade, manutenção, etc.

Para Machado (2008), faz-se necessário projetar além da funcionalidade, da praticidade e da usabilidade, concebendo o ambiente não apenas como pano de fundo ou cenário para a interação, mas como estrutura de oportunidades para a aprendizagem.

Nesse sentido, Machado (2008), Questiona a usual primazia do espaço em detrimento do ambiente, feita tanto por parte de arquitetos como de educadores, entendendo a complexidade como um aspecto fundamental no desenvolvimento de projetos ambientais escolares.

CAPÍTULO II

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos desenvolvido durante a pesquisa que tem como tema Acessibilidade das pessoas com deficiência em uma escola municipal de Tefé/AM, que teve como objetivo geral de constatar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência em uma escola municipal de Tefé/Amazonas. De modo específico os objetivos são: (1) conhecer as condições de acessibilidade na escola com ênfase na estrutura arquitetônica e acessibilidade na comunicação e informação; (2) identificar se há políticas e planejamento para adaptar as escolas (3) verificar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência física.

Diante de tudo isso foi possível realizar a pesquisa de campo com objetivo de buscar as informações com ênfase nas questões acima mencionadas e assim fazer uma reflexão sobre a realidade das escolas.

A pesquisa de campo é aquela utilizada com objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS e MARCONI, 2010, p. 169).

A pesquisa de campo é uma das possibilidades que o pesquisador tem de conhecer a realidade da problemática referente à sua pesquisa e assim adquirir as informações importantes a respeito de sua temática.

Sendo assim, ela se caracteriza como estudo de caso, que é a forma de analisar a realidade do caso investigado. E diante desta informação Ludke & André (1986) destaca que:

O caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situação. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo devemos escolher o estudo de caso. (LUDKE&ANDRÉ,1986, p.17).

Assim, o estudo de caso é diferenciado por ter suas próprias características, que de certa forma facilita o estudo feito pelo pesquisador. E diante desse contexto, a pesquisa se configura em uma abordagem qualitativa, que aproxima o pesquisador da realidade pesquisada, permitindo

essa aproximação entre ambos.

Para Ludke e André (1986, p.11) “pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.

Desta forma a abordagem qualitativa é de fundamental importância para que o pesquisador tenha a oportunidade de conhecer a realidade pesquisada, facilitando assim a investigação e análise da pesquisa.

2.1 LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola pública no Município de Tefé Amazonas. A escolha se deu pelo fato de já está atuando na escola pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) há alguns anos e conhecer um pouco das dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência.

Outro motivo pela escolha do local é o fato dessa escola receber estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais. De certa forma espero que este trabalho venha contribuir para acessibilidade nesta escola que já vem melhorando a cada ano.

Foto 1: Escola Municipal “Vitória-régia”



Fonte: Acervo Pessoal

Na foto abaixo é possível observar a rampa construída recentemente na entrada da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Foto 2 – Entrada da sala do AEE

Fonte: Acervo pessoal

Nesta perspectiva observamos que a escola disponibiliza Ensino Fundamental nos turnos: matutino e vespertino possui Treze (13) salas de aula, uma (1) sala para professores, uma (1) biblioteca, um (1) refeitório, uma (1) cozinha, uma (1) sala pedagógica, uma (1) secretaria, um (1) pátio em frente à sala pedagógica, uma (1) sala do diretor, cinco (5) banheiros, sendo um (1) para os professores e quatro (4) para os alunos e uma sala para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

De acordo com a pesquisa de campo a escola tem matriculado (ano 2016) um (1) aluno com surdez, um (1) aluno com baixa visão, treze (13) alunos deficiente intelectual, um (1) aluno com deficiência múltipla e quatro (4) alunos com deficiência física.

Podemos notar que é um número grande de alunos com necessidades específicas e por esse motivo é que a escola necessita de acessibilidade para que possa atender todas essas demanda. A partir das fotos abaixo podemos observar a falta de acessibilidade no refeitório, no bebedouro, na entrada da quadra da escola e até nas portas dos banheiros, que não estão de acordo com as normas da ABNT 9050.

Foto 3: Bebedouro (não adaptado)



Fonte: Acervo Pessoal

Foto 4: Refeitório (não adaptado)



Fonte: Acervo Pessoal

Foto 5: Entrada da quadra (não adaptada)



Fonte: Acervo Pessoal

Diante das melhorias feitas na escola observamos a entrada da escola, assim como o pátio, onde está tudo calçado e muitas lombadas foram retiradas e substituídas pelas rampas, como vemos nas fotos.

Foto 6: Rampa de entrada



Fonte: Acervo Pessoal

Foto 7: Entrada da escola



Fonte: Acervo Pessoal

Foto 8: Pátio da escola



Fonte: Acervo Pessoal

Foto 9: Banheiro com a porta adaptada



Fonte: Acervo Pessoal

2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa teve como sujeitos duas (2) pessoas, na qual serão denominadas de diretor e coordenador. Para realização desta pesquisa contamos com importantes informações do diretor da escola e do coordenador de Educação Especial da SEMED, no ano de 2016.

Para maior esclarecimento segue abaixo um quadro que demonstra suas características.

Quadro 1 - Perfil dos profissionais

Profissional	Idade	Formação	Tempo de atuação	Carga horária na escola	Tipo de nomeação
Diretor	48	Magistério e Teologia	1 ano	8h	Contratado
Coordenador	37	Graduado em História e especialização em Educação Especial.	1 ano	6h	Cargo de confiança

Os dois profissionais estão atuando a cerca de um ano, por motivo do diretor ser contratado e o coordenador por está ocupando um cargo de confiança. Mas ambos contribuíram bastante com suas valiosas informações para a construção deste trabalho.

2.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

1º Passo: escolha da temática e construção do projeto;

2º passo: levantamento bibliográfico;

3º passo: construção do Capítulo I;

4º passo: pesquisa de teses e dissertações no banco de dados da Capes, referente à temática;

5º passo: visita a escola “Vitória-régia” lugar que foi realizada a pesquisa de campo, apresentar ao diretor os objetivos da pesquisa. Outro momento também de visitar a Secretaria Municipal de Educação e conversar com o coordenador da instituição;

6º passo: autorização através da assinatura do diretor da escola e do coordenador Municipal de Educação Especial no termo de consentimento para fazer a pesquisa de campo;

7º passo: aplicação do questionário para o diretor e coordenador. O uso do questionário nesta pesquisa foi de grande importância no momento, devido os

profissionais estar com o tempo muito corrido, sendo assim, eles ficaram com o prazo de uma semana para que pudessem responder com mais calma e assim obtermos informações mais detalhadas. Outro instrumento a ser utilizado foi à câmera do celular na qual foram feitas várias fotos dos locais mais acessíveis ou que ainda precisa de um acesso melhor, assim como: as portas das salas de aula, porta dos banheiros, da biblioteca, o espaço do bebedouro e o refeitório.

8º passo: tabulação sistematização e análise dos dados adquiridos durante a pesquisa. De acordo com Oliveira (2002, p. 163) “o processo de sistematização e a análise na pesquisa em educação consistem em uma ação de organização lógica dos dados coletados, viabilizando uma estrutura organicamente integrada”. Na construção deste trabalho houve o cuidado ético, para que não fosse exposto a escola, os alunos e o quadro de funcionários. E para fazer a tabulação dos dados utilizei apenas as informações obtidas através do questionário aplicado ao diretor e ao coordenador, assim como o nome da escola também é fictício.

9º passo: Análise dos dados: assim, organizamos as categorias de análises conforme o quadro que segue.

Quadro 2 : Categorias de Análises

Categorias Analíticas	Categorias Temáticas	Unidades Temáticas
Acessibilidade das pessoas com deficiência na escola	1.1 Aspectos legais sobre acessibilidade.	
	1.2 Algumas determinações da política inclusiva.	
	1.3 Principais pesquisas desenvolvidas que tratam da temática acessibilidade.	
Acessibilidade das pessoas com deficiência em uma escola municipal de Tefé/AM	3.1 Principais desafios do ambiente escolar.	
	3.2 As condições de acessibilidade na escola.	3.2.1 A estrutura arquitetônica.
		3.2.2 Acessibilidade de comunicação e informação.
		3.2.3 Política e planejamento para adaptar as escolas.

Fonte: elaborado no decorrer da pesquisa.

CAPITULO III

3. ACESSIBILIDADE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE TEFÉ

Este capítulo apresenta uma discussão acerca da pesquisa realizada na escola municipal “vitória-régia” baseada na ABNT 9050.

Dessa forma, as discussões perpassam pelos principais desafios do ambiente escolar, as condições de acessibilidade na escola, a estrutura arquitetônica, a acessibilidade de comunicação e informação e a política de planejamento para adaptar as escolas.

3.1 PRINCIPAIS DESAFIOS DO AMBIENTE ESCOLAR

De acordo com a pesquisa de campo realizada existem no município de Tefé dezesseis (16) escolas na zona urbana e setenta e nove (79) escolas na zona rural, sendo que quatorze (14) são consideradas indígenas.

É uma grande quantidade de escolas, fiquei ainda mais surpresa porque não sabia da existência de tantas escolas na zona rural.

Na zona urbana existem nove (9) escolas adaptadas com salas de recursos e na zona rural existem dezessete (17) escolas adaptadas com salas de recursos.

Segundo a informação do coordenador de Educação Especial do município de Tefé há na zona rural escolas adaptadas, infelizmente não foi possível fazer nenhuma visita nas escolas rurais no decorrer da pesquisa, mas seria algo muito interessante e rico para a minha pesquisa.

De acordo com informações do coordenador estão matriculados nas escolas da rede municipal duzentos e cinquenta e cinco (255) alunos com deficiência. Ele não especificou a quantidade de alunos com deficiência múltipla, intelectual ou física e sim falou a quantidade geral que havia sido registrado no ano da realização da pesquisa (2016).

Mesmo com esse grande numero de crianças com deficiência matriculadas nas escolas o coordenador de Educação Especial afirmou que: “nem todas as escolas estão adequadas de acordo com as normas de acessibilidade” e para que uma escola seja realmente acessível “não se trata apenas de uma rampa na entrada da escola e sim de garantir o direito à acessibilidade em todo âmbito

escolar”.

Segundo o coordenador quando a escola garante essa acessibilidade ao aluno com deficiência “já está dando o primeiro passo para uma educação inclusiva” (Coordenador).

Mas de forma alguma os pais e a comunidade escolar deve se conformar apenas com uma rampa na entrada da escola, pelo contrario, a luta por mais acessibilidade na escola deve ser diária. Principalmente no que está relacionado ao transporte escolar, pois muitas crianças estão sendo sacrificadas juntamente com seus pais para chegar à escola, devido essa falta de acessibilidade.

É fundamental que o aluno com deficiência tenha acessibilidade na sala de aula, a começar pela carteira escolar, ter uma carteira acessível e que contribua com a sua aprendizagem, assim como um banheiro acessível, um bebedouro e um refeitório que lhe traga mais independência.

Na escola denominada nesta pesquisa de “vitória-régia” que recebe uma grande quantidade de alunos com necessidades educacionais especiais deficiência física é possível observar o espaço adaptado para receber esses alunos, e os professores sempre dedicados para que haja a inclusão de todos.

No decorrer de dois (2) anos já se observa as melhorias e a busca pelo um espaço que contribua com o ensino/aprendizagem das crianças, em especial das crianças com necessidades educacionais especiais e deficiência física e a luta para que as crianças permaneçam na escola.

O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido (CAROLINA R Schirmer, 2007, p.17).

Sendo assim, não adianta a escola garantir somente a matrícula da criança com deficiência em uma escola regular de ensino, tem que haver ações concretas para que haja a inclusão escolar. Não basta deixar as crianças na escola fazendo uma atividade isolada das outras, é necessário o convívio e a participação entre elas e durante as atividades. E para que a criança se sinta parte importante da escola é necessária que ela tenha total acesso a escola, que é sua segunda casa.

Assim, entre os desafios que precisam ser superados na escola, destacam-

se: as condições de acessibilidade na escola, a estrutura arquitetônica, a acessibilidade de comunicação e informação e a política de planejamento para adaptar as escolas.

3.2 AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA ESCOLA

A partir da pesquisa de campo é possível notar os principais pontos a serem melhorados na escola denominada “Vitória-régia”. Tendo em vista que a mesma recebe crianças com deficiência física.

De acordo com a pesquisa, a rede municipal de ensino possui *“a maioria das escolas parcialmente adaptada, pois sempre falta um dos elementos essenciais da acessibilidade, como por exemplo, o piso tátil, corrimão, banheiros exclusivos para deficientes entre outros”* (COORDENADOR).

Na escola que foi realizada a pesquisa foi possível observar que houve melhorias em relação à acessibilidade durante os dois (2) anos que estive atuando no PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. essas melhorias são notáveis tanto na estrutura da escola quanto a relação entre professor e aluno.

Para que a escola seja acessível, ofereça educação inclusiva e de qualidade é preciso que o profissional que está em sala de aula também receba uma formação adequada para está preparado a receber os alunos que com deficiência.

Mas essas melhorias na estrutura física da escola, ainda não é o suficiente precisamos de mais avanço. E quando a escola estiver totalmente equipada de acordo com as normas, tanto na estrutura, na informação e comunicação dessa forma poderemos dizer que a escola “vitória-régia” é uma escola acessível. Enquanto isso não acontece teremos de dizer que a escola é parcialmente acessível.

3.2.1 A estrutura arquitetônica

De acordo com a pesquisa realizada em uma escola municipal de Tefé/AM denominada “vitória-régia” é possível notar que a escola não é totalmente adaptada para receber pessoas com deficiência física, mas a estrutura

arquitetônica é de fundamental importância para a permanência dos alunos na escola.

A acessibilidade arquitetônica se faz mediante uma análise das condições do ambiente, numa parceria constante entre profissionais da educação e profissionais da arquitetura e engenharia dentro de uma perspectiva ampla de inclusão (MACHADO, ROSANGELA, 2007, p.105).

Segundo o coordenador *“Precisamos muito de escolas adaptadas em sua estrutura arquitetônica, mas precisamos também de profissionais qualificados, há professores que não gostam quando o assunto é inclusão e quando isso acontece quem sai prejudicado é sempre o aluno”* (COORDENADOR).

A partir da fala do coordenador é possível notar quão importante seria se todas as escolas tivessem suas estruturas arquitetônicas adaptadas aguardando a possível chegada do aluno com deficiência ou com necessidades educacionais especiais.

E quando se fala em acessibilidade no ambiente escolar não podemos pensar que são apenas os alunos que precisam desse ambiente acessível, muitas vezes a pessoa com deficiência física pode ser os professores, a secretária, o gestor ou gestora e até mesmo o pai de um aluno ou visitante da escola.

Enfim, essa acessibilidade tem que está disponível para toda a sociedade, deve haver uma parceria entre os profissionais que trabalham na construção do prédio escolar com o profissional que atua na escola.

Essa parceria entre os profissionais ainda não acontece, talvez pelo alto custo do serviço, e nessa falta de parceria quem sempre é prejudicado é a pessoa com deficiência que é privado do seu direito e causando assim o desânimo de permanecer na escola devido às grandes dificuldades encontradas, principalmente na falta de independência para os alunos.

3.2.2 Acessibilidade de comunicação e informação

A acessibilidade na comunicação e informação é tão importante quanto à acessibilidade arquitetônica, já que nas salas de aula também encontramos alunos surdos e mudos e os profissionais devem saber se comunicar para facilitar os estudos e progresso dos alunos.

De acordo com o coordenador as escolas não contam com um profissional intérprete que seja exclusivo para sala de aula comum. *“É o próprio professor da*

sala que busca interagir com o pouco que sabe sobre língua de sinais, uma vez que alguns alunos também têm dificuldade para se comunicar” (COORDENADOR).

Sem um profissional intérprete em sala de aula fica muito difícil para os professores, devido às salas de aula ser super lotadas, sendo, na maioria das vezes apenas um (a) professor (a) para atender todos os alunos.

Em relação aos estudantes com surdez eles estão aprendendo a língua de sinais para que possa facilitar a comunicação entre o aluno surdo, os professores e seus colegas de sala de aula.

Quanto ao intérprete de libras em sala de aula, o coordenador e o diretor da escola não souberam informar, devido à mudança de administração no município. *“Esta informação quem pode dá é a própria secretária de educação” (COORDENADOR).*

A escola também tem alunos com deficiência visual e na opinião do coordenador são os mais prejudicados, *“quanto aos alunos com cegueira, acredito que seja mais difícil a sua realidade em sala de aula, pois não contamos com um número expressivo de profissionais qualificados nesta área da educação, e o professor da sala comum geralmente desconhece o braille” (COORDENADOR).*

Uma maneira que a secretaria de educação do município encontrou para amenizar o problema foi de disponibilizar uma única profissional para atender em todas as escolas que tem aluno deficiente visual e esse acompanhamento acontece no contra turno do aluno, assim informa o coordenador de Educação Especial do município *“atualmente as escolas têm contado com o apoio de uma professora que auxilia os alunos deficientes visuais no contra turno e que é realizado através da sala de recurso” (COORDENADOR).*

Uma vez que não tem profissionais preparados para lidar com deficiente visual e outra dificuldade é a questão do material didático adaptado para que o aluno possa fazer parte às atividades coletivas com os demais colegas (COORDENADOR).

Outro ponto essencial a ser falado é o acesso ao material didático, a Secretaria de Educação tem o dever de disponibilizar para as escolas do município o material didático que venha contribuir no ensino/aprendizagem das crianças deficientes visual. Esse apoio para os professores é de fundamental

importância para que possam realizar seus trabalhos de maneira mais eficiente e para que possam usufruir o direito de acessibilidade em todos os âmbitos.

Faz parte desse direito de acessibilidade o que se refere à comunicação e informação, não basta que a escola ofereça acesso a pessoa com deficiência no refeitório, bebedouro, banheiro e na sala de aula, é muito importante que esse acesso à comunicação e a informação esteja também disponível em toda parte da escola.

É importante que acessibilidade faça parte da escola em geral, que esteja presente tanto na estrutura da escola, assim como na comunicação e informação. E para que acessibilidade esteja disponível também em sala de aula é preciso uma formação mais ampla para os professores, para que aprendam lidar com a diversidade que encontrar na escola.

O coordenador acrescenta que *“a formação do professor tem início dentro das universidades e se estende ao longo de sua trajetória enquanto docente e hoje é necessário que os profissionais da educação se preparem para trabalhar dentro da perspectiva da educação inclusiva, e isso é também acessibilidade”* (COORDENADOR).

O coordenador ressaltou ainda sobre o que precisa melhorar na escola em relação à acessibilidade arquitetônica de informação e comunicação. Para ele ainda precisa ser feitas melhorias para que se tenha uma educação inclusiva e de qualidade. Contudo afirma que: *“as escolas estão de portas abertas para receber o aluno com deficiência, a grande questão passa a ser que tipo de profissional vai estar em sala de aula para receber este aluno”* (COORDENADOR).

E para exemplificar o coordenador compartilhou um acontecimento em que um aluno com deficiência deixou de frequentar as aulas porque foi mal avaliado pelo professor e se sentiu constrangido na frente de seus colegas.

Mantoan (2003) ressalta que se deve ter uma preocupação com a educação inclusiva sim, para que esses alunos com deficiência não venham fracassar na vida escolar.

Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTOAN, 2003, p. 24).

De acordo com o coordenador quando há encontros com os professores alguns são bem claros quando dizem não gostar de “atender” aluno com deficiência ou fazem certos comentários como “*aquele ali vai me dá trabalho*”.

Por esses e outros motivos nota-se a importância de uma formação profissional com mais seriedade e responsabilidade, esses profissionais são formadores de seres humanos, trata-se de um papel muito importante na sociedade. E basta a falta de dialogo para que esses alunos sintam-se excluídos do ambiente escolar e para haver a educação inclusiva é necessária acessibilidade na informação e na comunicação.

3.2.3 Política e planejamento para adaptar as escolas

No que se refere a uma política ou planejamento de acessibilidade para adaptar as escolas, os documentos e legislações que tratam sobre a educação inclusiva determina o atendimento escolar e de acessibilidade aos alunos com deficiência.

Segundo Mantoan (2003) não importa a diferença ou dificuldade das pessoas, ter uma educação digna é fundamental e possível apesar das dificuldades que se enfrenta no sistema educacional, a sociedade precisa ser transformada para que uma nova forma de pensar em educação ocupe o lugar de tanto preconceito que vivemos nos dias de hoje.

Existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões... (MANTOAN, 2003, p. 6).

No que se refere às políticas ou planejamento de acessibilidade para adaptar as escolas e segundo o coordenador os planos se concretizam de fato quando há pessoas comprometidas com a causa.

Quanto ao planejamento de suas ações tendo em vista as adaptações das escolas é possível observar que as coisas só acontecem quando as pessoas que exercem funções na área educacional estão realmente comprometidas com a educação inclusiva (COORDENADOR).

Quando falamos em acessibilidade não podemos nos limitar em achar que todos os problemas relacionados à acessibilidade se resolvem com uma rampa e calçadas bem feitas. A acessibilidade é composta por um conjunto de

elementos, quando falamos em ter direito a acessibilidade estamos nos referindo à estrutura, a comunicação, a informação, ao transporte, enfim, são vários meios que me dá acesso aos lugares e aprendizagens com mais facilidade.

Segundo o coordenador em entrevista afirmou que:

Há falhas em relação à política de acessibilidade arquitetônica de informação e comunicação, pois suas práticas e atitudes muitas vezes geram um aspecto de caráter negativo dentro de sua própria estrutura, ou seja, não realiza aquilo previsto na política de educação inclusiva” (COORDENADOR).

A educação inclusiva é uma possibilidade de inovação na educação e para que haja essa inovação é necessário que os professores estejam preparados para lidar com as várias situações que poderá surgir no decorrer de suas carreiras.

A estas habilidades devem ser acrescidos conhecimentos, aptidões e atitudes para fazer face à diversidade, ou seja, os professores e professoras devem estar preparados para trabalhar com meninos e meninas procedentes de diferentes contextos sociais e culturais e com diferentes níveis de capacidade e ritmos de aprendizagem, a fim de garantir a participação, a aprendizagem e o sucesso escolar de cada um (DUK, 2006, p. 23).

Quando o professor e toda equipe que está envolvida diretamente com a educação está comprometida com o avanço na educação e está desenvolvendo um trabalho na perspectiva da educação inclusiva utilizam dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento educacional das crianças. E para que haja progresso na educação é preciso que a escola seja um lugar acessível a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encerramento desta pesquisa nos leva a fazer uma reflexão a acerca da acessibilidade das pessoas com deficiência nas escolas regulares.

Para a escolha da temática em questão foi a partir da experiência no PIBID quando tínhamos formações muito proveitosas e interessantes apresentada pela professora e coordenadora de área do PIBID, professora Monica Dias.

Fazer parte do subprojeto Estratégias e Metodologia no processo de Ensino e Aprendizagem da leitura e da escrita no contexto das diferenças foi de fundamental importância para a construção e conclusão deste trabalho, foi a partir deste subprojeto que despertou o real interesse em pesquisar e saber como está à questão da acessibilidade nas escolas regulares, no município de Tefé, Amazonas.

No decorrer dos anos em que estive no programa foram realizados vários estudos teóricos fundamentados por Duk (2006), Mantoan (2003), Glat (2007), entre outros.

Para realizar a pesquisa foram cerca de dois anos observando a escola “Vitória-régia” e coletando informações que depois contribuiu na construção deste trabalho.

Desta forma, o trabalho desenvolveu-se de acordo com as questões norteadoras deste estudo, que convergem para os objetivos, sendo:

- ✓ Quais as condições de acessibilidade às pessoas com deficiência física estão tendo na escola?
- ✓ A escola atende a legislação que determina a acessibilidade escolar?
- ✓ Quais os principais desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência física?
- ✓ A escola disponibiliza de acessibilidade na comunicação e informação?
- ✓ Há políticas de planejamento para adaptar as escolas do município?

Após identificar e analisar foi feita uma reflexão sobre os questionamentos que vieram nortear essa pesquisa, de acordo com os resultados abaixo:

Entre os principais desafios do ambiente escolar, pode-se destacar que a falta de elementos mínimos na arquitetura do prédio escolar observado dificulta a acessibilidade do cidadão, seja ele estudantes, ou outro membro da comunidade escolar. Aos estudantes a falta de adequação as normas legais de

acessibilidade, dificulta o acesso a um dos seus direitos primeiros, o direito à educação escolar. Aos demais membros da comunidade escolar, a ausência dos princípios de acessibilidade impossibilita o acompanhamento dos estudantes.

Sendo assim, dificultando o acesso e a permanência do cidadão com deficiência ao ambiente escolar, a escola se furta da participação da comunidade, tornando-se ela própria um ambiente de exclusão. O fato é que, se a escola não garante em seu projeto arquitetônico, as normas da ABNT, sobre acessibilidade, a participação da comunidade em seu cotidiano fica comprometida.

No entanto, se a escola, em sua estrutura física, permite o livre acesso às dependências ao cidadão com deficiência, ela se torna um espaço mais completo, mais democrático, mais vivo. Um ambiente onde nele se convive e respeita as diferenças, um espaço privilegiado da vivência da cidadania, um espaço de todos, pois com ou sem deficiência, todo cidadão tem direito a educação.

As condições de acessibilidade na escola, no decorrer da pesquisa foi possível observar a melhoria no espaço escolar da instituição pesquisada. Sabemos que não é fácil tornar uma escola totalmente acessível, pois não depende apenas do professor ou do gestor da escola, mas de outras pessoas e órgãos competentes, pois são vários fatores interligados e entre eles está a questão da arquitetura.

No que diz respeito à **estrutura arquitetônica** das escolas, nenhuma escola foi construída até agora com a preocupação em estar de acordo com as normas de acessibilidade, segundo a ABNT 9050 que foi utilizada no desenvolvimento desta pesquisa. Analisar as condições do ambiente e obter uma parceria entre os profissionais da arquitetura e da educação seria o essencial para a construção de uma escola acessível.

A acessibilidade de comunicação e informação está a desejar tanto quanto a acessibilidade na arquitetura, pois a escola não dispõe do serviço de um profissional intérprete em sala de aula, isso acaba dificultando a comunicação entre alunos e professores, de maneira que muitos professores não dominam Libras nem BRAILLE.

A política e planejamento para adaptar as escolas, segundo o coordenador há falhas devido à falta de compromisso das pessoas que exercem funções na área educacional, muitas vezes as adaptações no ambiente escolar só

acontecem através de denúncias ou ameaças de denúncias.

No decorrer desta pesquisa foi possível observar na escola “vitória-régia” a dificuldade de um pai e também da criança em permanecer na escola, devido à falta de uma cadeira adaptada para a criança, mas com muita luta por patê do pai da criança, da professora e do gestor da escola a SEMED providenciou, tanto a cadeira adaptada quanto um cuidador para a criança.

Outro ponto a ser tratado neste trabalho é trazer em análise os documentos e legislações que tratam sobre a temática, mostrar a necessidade que tem em políticas públicas que venham planejar e adaptar as escolas que são deixadas de lado há tanto tempo, colocando a frente outras prioridades, que talvez não seja menos importante, mas que a questão da acessibilidade é algo fundamental principalmente para aquelas pessoas que dependem de um lugar mais acessível na sociedade.

Buscar melhorias é necessário e penso que essas melhoras só acontecem depois que é tocado em algum ponto estratégico, pois se ninguém questiona o motivo pela qual a acessibilidade não está presente na escola, logo deduz que está tudo certo, tudo em seu lugar. Infelizmente a acessibilidade ou a falta de acessibilidade só é percebida quando as pessoas se sentem lesadas, quando elas precisam daquele espaço e percebem que não tem, dificultando a sua passagem no local.

Espero que este trabalho desperte em outras pessoas o interesse em querer dar continuidade à pesquisa, para que possamos fazer uma comparação daqui a alguns anos, para saber se realmente houve algum avanço na questão da acessibilidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Lei de Acessibilidade. Disponível em: <<http://www.81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em 01 de maio de 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em 01 de maio de 2016.

_____. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>, Acesso em 01 de maio de 2016.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 42. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva. 2009.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 3.956** 8 de outubro de 2001. Brasília: MEC. 2001.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília 2015.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas do. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. SBN 978-85-07-05706-2. ABNT NBR 9050.3 ed. 2015.

_____. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2015.

CEE. Resolução Nº 138/2012 - CEE/AM. **Normas Regulamentares Para Oferta Da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas**, disponível em <<http://www.autismonoamazonas.com/2015/04/resolucao-n-1382012-ceedam-aprovada-em.html>>, acesso em 23/05/2016.

CARVALHO, Telma Cristina Pichioli de. **Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaço para educação infantil**. Tese de Doutorado, Unidade da USP, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2008.

FERNANDES, Eduardo De Almeida. **Multiculturalidade e inclusão escolar: Estudo sobre as condições de acessibilidade social conferidas, sob ponto de vista axiológico, pelos professores, em geral, e de Educação Física, em particular, a alunos oriundos de etnias minoritárias e com diferenciação cultural, do distrito de Viseu**. Universidade do Porto. 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Mary Grace. **Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência.** Dissertação de Mestrado. Unidade da USP. Faculdade de Educação. São Paulo, 2010.

MACHADO, Tatiana Gentil. **Ambiente escolar infantil.** Dissertação de Mestrado. Unidade da USP. São Paulo, 2008

MACHADO, Rosangela. **Acessibilidade Arquitetônica.** In: **SHIRMER et al. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

PICCELI, AngélicaFátimaBaldin. **O gerenciamento para a acessibilidade ambiental de pessoas com mobilidade reduzida: institucionalizando a inclusão em uma escola universitária.** UFMG. 2010.

SOUSA, Eliza Martins de. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola.** 2006. Trabalho de conclusão de curso em Pedagogia. Faculdade Católica de Uberlândia. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>>. Acessado em 09 de novembro de 2015.

LÜDKE &ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. SãoPaulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo. Moderna, 2003.

DUK, Cynthia (org). **Educar na diversidade:** material de formação docente. Brasília: ministério da educação especial, 2006.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. Ed. são Paulo: Atlas, 2010.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ declaro que compreendi as informações lidas e explicadas sobre a pesquisa: “Acessibilidade das pessoas com deficiência nas Escolas Municipais de Tefé- AM”, e me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha livre vontade, autorizo a realização dessa pesquisa a fim de possibilitar a construção de dados para análises posteriores.

Tefé, ____ de _____ de 2016.

Professor (a)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO (diretor da escola)

Título da Pesquisa: **“Acessibilidade das pessoas com deficiência em uma escola municipal de Tefé Amazonas”.**

1. DADOS PESSOAIS

- 1.1 Nome fictício:
- 1.2 Idade: Sexo:.....Turma:.....
- 1.3 Formação:.....
- 1.4 Cursos realizados:.....

Fale um pouco sobre as condições de Acessibilidade dessa escola.

Os estudantes encontram alguma dificuldade para acessar os espaços da escola, exemplo banheiro, elevador se houver?

Quantos alunos com necessidades específicas estão matriculados na escola?

Surdez _____

Cegueira _____

Baixa visão _____

Deficiência Intelectual _____

Múltipla _____

Física _____

As escolas que estão adequadas às normas de acessibilidade, estão adaptadas parcialmente ou totalmente?

No que se refere à acessibilidade na comunicação e informação: as escolas dispõem de intérprete de língua de sinais na sala comum? Existe algum apoio específico para os estudantes com cegueira?

Os estudantes com surdez estão aprendendo a língua de sinais?

A tecnologia assistida está sendo utilizada para suporte aos alunos com necessidades específicas?

Existe alguma política ou planejamento de acessibilidade para adaptar as escolas?

Como relação ao intérprete de libras em sala de aula, há uma previsão de quando os estudantes com surdez vão poder contar com ele ou com o ensino bilíngue?

O que precisa melhorar na escola com relação à acessibilidade arquitetônica de informação e comunicação?

Agradecemos antecipadamente as informações e contribuições para nossa pesquisa!

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO
(coordenador de Ed. Especial do Município de Tefé)

Título da Pesquisa: **“Acessibilidade das pessoas com deficiência em uma escola municipal de Tefé Amazonas”.**

Coordenadora da Educação Especial – SEMED

Quantas escolas existem na rede municipal de ensino, em área urbana, campo e indígena?

Do total de escolas, quantas estão adaptadas de acordo com as normas de acessibilidade?

Quantos alunos com necessidades específicas estão matriculados nas escolas municipais?

As escolas que estão adequadas às normas de acessibilidade, estão adaptadas parcialmente ou totalmente?

No que se refere à acessibilidade na comunicação e informação: as escolas dispõem de intérprete de língua de sinais na sala comum? Existe algum apoio específico para os estudantes com cegueira?

Os estudantes com surdez estão aprendendo a língua de sinais?

A tecnologia assistida está sendo utilizada para suporte aos alunos com necessidades específicas?

Existe alguma política ou planejamento de acessibilidade para adaptar as escolas?

Com relação ao intérprete de libras em sala de aula, há uma previsão de quando os estudantes com surdez vão poder contar com ele ou com o ensino bilíngue?

O que precisa melhorar na escola com relação à acessibilidade arquitetônica de informação e comunicação?

Agradecemos antecipadamente as informações e contribuições para nossa pesquisa!

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ**

APÊNDICE D –AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA

Tefé, 10 de outubro de 2016.

A-----

Gestor da Escola _____
Senhor Diretor,

Venho por meio deste, solicitar a autorização para a acadêmica: Nelziele de Paula Ribeiro, realizar a pesquisa intitulada “Acessibilidade das pessoas com deficiência nas Escolas Municipais de Tefé - AM”. Trata-se do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Estado do Amazonas/Centro de Estudos Superiores de Tefé, Sob a orientação da professora Mestra, Monica Dias de Araújo.

Diante do exposto, agradeço antecipadamente sua atenção ao meu pleito.

Cordialmente,

Monica Dias de Araújo

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ**

APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO DA SEMED

Tefé, 10 de outubro de 2016.

A Professora _____

Coordenadora da Educação Especial do Município de Tefé - SEMED

Senhora coordenadora,

Venho por meio deste, solicitar a autorização para a acadêmica: Nelziele de Paula Ribeiro, realizar a pesquisa intitulada: **“Acessibilidade das pessoas com deficiência nas Escolas Municipais de Tefé-AM”**. Trata-se do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Estado do Amazonas/Centro de Estudos Superiores de Tefé, Sob a orientação da professora Mestra, Monica Dias de Araújo.

Diante do exposto, agradeço antecipadamente sua atenção ao meu pleito.

Cordialmente,

Monica Dias de Araújo